



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
 PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
 DIVISÃO DE COMPRAS



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO E DOS VALORES DE REFERÊNCIA:

1.1 O objeto deste Termo de Referência, é a Aquisição de Câmara de crescimento, para a unidade de Cassilândia-MS, para atender ao convênio 01.18.0038.00 MCTI/FINEP/CT-INFRA, PROINFA 02/2014.

1.2 Para ingressar na disputa as licitantes devem observar as seguintes características e especificações:

LOTE ÚNICO				VALORES REFERÊNCIA	
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QNT	UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CÂMARA DE CRESCIMENTO <ul style="list-style-type: none"> ● Volume mínimo estipulado de 1200 (mil e duzentos) litros. ● Estrutura com isolamento térmico e espaço interno para acomodação de vasos com plantas e/ou placas de Petri, com revestimento anticorrosivo; ● Estrutura termostática composta por compressor hermético, capacidade de refrigeração para obtenção de temperatura de trabalho entre 10 e 45°C; ● Iluminação com sistema de fotoperíodo, com lâmpadas específicas para o desenvolvimento de organismos; ● Sistema de controle da umidade relativa do ar; ● Quadro para aferição e programação quanto às condições internas do equipamento; ● Sistema datalogger para registro de dados; ● Fonte de alimentação de 220 volts, 60 hz; ● Informações Adicionais: Deverá vir acompanhado de todos os cabos de alimentação do equipamento; apresentar o catálogo ou folder técnico do equipamento ofertado; o equipamento proposto deverá possuir garantia do fabricante. 	Unid	1	R\$163.631,67	R\$163.631,67
VALOR TOTAL GLOBAL:					R\$163.631,67
VALOR GLOBAL R\$163.631,67(cento e sessenta e três mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e sete centavos)					

1.3 O valor estimado total global do lote é de **R\$163.631,67 (cento e sessenta e três mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e sete centavos)**.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS



2. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 O item desta licitação é classificado como **bem comum**, pois possui especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidos em Edital, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002 e do inciso II e § 1º do art. 3º do Decreto Estadual nº 15.327, de 2019.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A aquisição do equipamento em questão possui grande relevância para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, em que são almejadas as condições controladas de ambiente, o que não é possível de ser alcançado em ambientes abertos como o campo ou ambientes protegidos. Tal característica permite o isolamento de fatores, permitindo elevada acurácia na obtenção de dados e elevando o impacto das informações sobre uma determinada temática de estudo.

3.2 A disponibilidade do equipamento permitirá, também, que professores, pesquisadores e discentes de graduação e pós-graduação desenvolvam suas pesquisas relacionadas à sua formação profissional. Desta maneira, auxiliando os cursos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) na busca pela excelência do ensino e da pesquisa.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1 Esse documento oferece base para a aquisição de 01 (uma) câmara de crescimento, para o fim específico de realização de pesquisas vinculadas ao avanço da agricultura, e por consequência, a promoção dos aspectos socioeconômicos do Estado de Mato Grosso do Sul, como parte dos equipamentos necessários para atendimento ao Plano de Trabalho do Convênio nº 01.18.0038.00 referente a Chamada Pública MCTI/FINEP/CT-INFRA – PROINFRA – 02/2014.

4.2 A oferta no mercado de potenciais fornecedores dos bens que se pretende adquirir é ampla, conforme planilha de Estimativa de Preço (Anexo II).

4.3 Para o atendimento da demanda, buscou-se tanto especificação técnica quanto metodologia de aquisição que melhor atendesse às necessidades do projeto.

4.4 A aquisição é do tipo permanente e deve-se citar que a aquisição dos bens é crítica para a execução do plano de trabalho do projeto, visto que a ausência de equipamentos e infraestrutura para execução do processamento e análises de dados implicaria na impossibilidade do cumprimento dos objetivos propostos. Portanto, sua aquisição é fundamental para que não haja prejuízo às atividades previstas.

4.5 A vencedora do certame deverá fornecer de forma integral o equipamento requerido, conforme item 1.2, para a utilização da equipe do projeto identificado. Dessa forma, fica assim justificado o tipo de contratação e a necessidade desta.

5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS



5.1 O critério de julgamento adotado será **o menor preço GLOBAL do lote**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência às especificações do objeto.

6. PARCELAMENTO DO OBJETO

6.1 A aquisição do objeto deste Termo de Referência se dará em Lote Único conforme elencados na tabela do **item 1.2**.

6.2 É sabido que o parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

6.3 Contudo, a aquisição do bem em apreço em item único sem parcelamento é a que melhor atende requisitos da contratação dos serviços de fornecimento de bens permanentes, pelas razões seguintes:

6.4 Acrescenta-se que este tipo de produto é adquirido de maneira integral, visto que não existem etapas que o compõe. Logo a divisão por objetos não é exequível e seu parcelamento é inviável. A contratação da solução em parcela única não diminui a possibilidade de competição isonômica na licitação, não excluindo assim empresas especializadas de participarem.

6.5 Por conseguinte, é notório o não parcelamento do objeto da contratação, uma vez que não há como promover a economicidade com o parcelamento da solução. Ademais, a eventual divisão do objeto, se fosse possível, poderia acarretar perda da economia de escala. Portanto, com contratação não parcelada e não dividida garante-se a entrega da solução pretendida de maneira integrada.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1 A entrega deverá ser efetuada mediante solicitação por escrito, formalizada pela contratante, dela devendo constar: a data, o valor unitário da entrega, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente pelo órgão/entidade requisitante, devidamente autorizado pela autoridade superior, e ainda acompanhada pela nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.2 O prazo para a entrega do objeto conforme tabela no **item 1.2** é de até no máximo, **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, e/ou Nota de Empenho, ou outro instrumento equivalente, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

7.3 O local de entrega da Câmara de Crescimento, nova, de forma total, será na UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CASSILÂNDIA, localizada no endereço Rodovia MS 306, km 6,4, Zona Rural, CEP: 79540-000, Cassilândia/MS, aos cuidados dos **Prof. Dr. Murilo Battistuzzi Martins, Fone: (67) 98101-8427, Prof. Eduardo Pradi Vendruscolo, Fone (47) 99919-9715 e Márcio Rangel (Setor de Material e Patrimônio), Fone (67) 3902-2462**, horário das 07:30h às 16:30h.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS



7.4 A licitante vencedora obriga-se a fornecer o objeto, em conformidade com as especificações descritas neste Termo de Referência e na Proposta de Preços (Anexo III), sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, quando constatado não estar em consonância com as referidas especificações.

7.5 Todas as despesas relativas à entrega e transporte do objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva da contratada.

7.6 O recebimento do objeto se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666, de 1993, mediante recibo, nos seguintes termos:

- A.** Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”.
- B.** Definitivamente, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações do objeto, e consequente aceitação pela equipe técnica/responsável, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

b.1) Na hipótese de a verificação a que se refere a alínea “b” do subitem 7.6 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.7 Será recusado o objeto licitado considerado imprestável ou defeituoso, que não atenda as especificações constantes no Edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

7.8 Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do objeto contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, sendo 90 (noventa) dias de garantia legal (art. 26, do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8078, de 1990), e 09 (nove) meses de garantia contratual, conforme art. 50 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078, de 1990) ou garantia do fabricante caso a mesma seja superior.

7.9 Durante o prazo de vigência da garantia, se os equipamentos especificados na tabela no **item 1.2** apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, deverá ser reparado e corrigido, sem ônus para a UEMS, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação.

7.10 Informações referentes a alguma peculiaridade do item a ser adquirido, ou do local de entrega, serão prestadas pela Divisão de Compras através do número (67) 3902-2371 ou e-mail: compras@uems.br.

7.11 No ato da entrega, a contratada deverá apresentar relação contendo identificação do item e demais informações que possam auxiliar o recebimento.

7.12 O objeto deverá ser entregue adequadamente embalado, lacrado, acondicionado, novo, devidamente protegido, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte, carga e descarga, assinalando-se nas embalagens a procedência e demais características que o identifique e o qualifique, acompanhado de nota fiscal.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS



7.13 Juntamente com o objeto, deverão ser entregues todos os manuais, contendo instruções de uso, instalação e configuração, originais do fabricante, preferencialmente em português.

7.14 O suporte técnico deverá ser prestado pelo fabricante ou rede de assistência técnica devidamente autorizada.

7.15 A contratada deverá fornecer uma lista de assistências técnicas autorizadas a prestar o serviço de garantia no território nacional, emitido pelo fabricante.

7.16 A assistência técnica deverá ser prestada de forma gratuita durante todo o prazo de garantia.

7.17 A contratada deverá emitir nota de faturamento em nome da Fundação Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul (UEMS), com o seu respectivo CNPJ, cabendo à empresa a responsabilidade dos custos adicionais de ICMS.

7.18 As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da **Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS**, devidamente identificados na **Chamada Pública MCTI/FINEP/CT-INFRA – PROINFRA – 02/2014**.

7.19 O prazo de vigência contratual será a partir da data de sua assinatura com término em 11/04/2022, podendo ser prorrogado conforme prorrogado o prazo de utilização do Convênio 01.18.0038.00 MCTI/FINEP/CT-INFRA-PROINFRA-02/2014/UEMS, por meio de termo aditivo, desde que devidamente justificado por escrito e previamente autorizado pelo ordenador de despesa, como preceitua o Art. 57 § 2º da Lei 8.666/1993.

7.20 A contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por estas até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1.1 A ME ou EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste certame.

8.1.2 Não sendo vencedora ME ou EPP mais bem classificada, na forma da referida condição, o sistema de modo automático, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

8.1.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações, o sistema fará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá oferecer melhor oferta.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS



8.2 O pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de ME ou EPP.

8.3 Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2 Efetuar a entrega do equipamento, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o equipamento com avarias ou defeitos.

9.5 Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.6 Conceder o prazo de **05 (cinco) dias úteis** após a entrega a fim de que a contratante proceda à verificação de sua especificação, pois somente após esse procedimento serão declarados “aceitos”.

9.7 Tomar providências, no caso de rejeição total ou parcial do equipamento adquirido, substituindo-o, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da comunicação da irregularidade pela contratante.

9.8 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação.

9.9 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

9.10 Providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes, todas as licenças e qualquer documentação necessária em decorrência do objeto desta licitação.

9.11 Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, como preceitua o § 1º, art. 65, da Lei 8666, de 1993 e suas alterações.

9.12 Responder, perante a contratante e terceiros, por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto do Edital e anexo sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à execução do objeto.

9.13 Assumir inteira responsabilidade pelos danos suportados por seus empregados, em decorrência da presente obrigação, ainda que verificadas nas dependências da contratante.



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS**



9.14 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a contratante.

9.15 Não transferir, em hipótese alguma, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, a terceiros.

9.16 Arcar com todas as despesas, relativas à entrega, carga e descarga, bem como alocação dos materiais e dos equipamentos no local indicado pela contratante.

9.17 Reparar os prejuízos, em caso de algum sinistro, que porventura venha ocorrer.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da contratante:

10.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que sejam reparados ou corrigidos;

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5 Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2 A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto da licitação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3 Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto da licitação;

10.4 Proporcionar condições para a boa consecução do objeto da licitação;

10.5 Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS**



12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.1.1 O recebimento de bens de valor superior a R\$176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados por ato da contratante.

13.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios, e na ocorrência destas, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. As atividades relacionadas à fiscalização e ao acompanhamento da execução do objeto contratual cabe ao fiscal de contrato, especialmente as de:

A) Agir com transparência e observando, rigorosamente, os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes;

B) Conhecer o inteiro teor do Edital e de seus anexos, de ata de registro de preços, de instrumento contratual e de todos os seus anexos, especialmente o projeto e o Termo de Referência, além de eventuais aditivos e apostilamentos;

C) Manter registro de ocorrências, em meio físico ou informatizado, para lançar as ocorrências relacionadas à execução do contrato, as inspeções periódicas realizadas, as faltas verificadas, as providências exigidas e as recomendações efetuadas, bem como as soluções adotadas pela contratada;

D) Avaliar e acompanhar rotineiramente a quantidade e a qualidade dos bens entregues, verificando o atendimento das especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, termo de referência e da proposta, assim como os prazos de entrega;

E) Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

F) Certificar-se de que é a contratada quem executa o contrato e que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas no contrato (Minuta de Contrato - Anexo IV);



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS**



G) Atestar, em documento hábil, juntamente com o gestor de contratos, o fornecimento ou a entrega do bem, após conferência prévia do objeto contratado, recusando-os quando irregulares ou em desacordo com as condições estabelecidas;

H) Receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com o documento fiscal, para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

I) Apresentar, periodicamente ou quando necessário, relatório circunstanciado de acompanhamento do bem entregue, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

J) Atuar, com eficiência e celeridade, na solução dos problemas que porventura venham a ocorrer ao longo da execução contratual, encaminhando as questões que ultrapassem sua competência ao gestor de contratos ou à autoridade competente;

K) Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o gestor de contratos, prazo razoável para a medida saneadora;

L) Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada ou necessidade de conhecimento técnico específico;

M) Indicar, expressamente, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados em razão da inexecução ou da má execução do contrato, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou do documento equivalente;

N) Dar ciência ao gestor de contrato da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as justificativas apresentadas pela contratada;

O) Comunicar, formalmente, ao gestor de contrato o inadimplemento parcial ou total do contrato, registrando as providências adotadas para fins de materialização dos fatos que possam levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual;

P) Comunicar ao gestor de contrato, formalmente e com antecedência, o afastamento das atividades de fiscalização para que, caso necessário, seja designado seu substituto.

13.5. A contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

13.6. A contratada se obriga a permitir que a auditoria interna da contratante e/ou auditoria externa por ela indicada tenha acesso a todos os documentos que digam respeito ao objeto do Edital.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS



13.7. A contratante realizará avaliação da qualidade do atendimento, dos resultados concretos dos esforços sugeridos pela contratada e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

13.8. A avaliação será considerada pela contratante para aquilatar a necessidade de solicitar à contratada que melhore a qualidade do bem ofertado, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, a qualquer tempo, rescindir o contrato ou, ainda, para fornecer, quando solicitado pela contratada, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações públicas.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes da contratação da presente licitação correrão à conta da Função Programática: 10.29204.12.571.2068.4097.0004 Fonte: 0281030021, CONV.01.18.0038.00 MCTI/FINEP/CT-INFRA-PROINFRA-02/2014/ UEMS, Projeto:"Equipamentos Multiusuários para Modernização dos Laboratórios da UEMS", Fonte: 0100000000 – Recursos Ordinário do Tesouro, Natureza de Despesa: 44490, Item 44905208.

14.2. A Administração reserva-se no direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da reserva orçamentária prevista.

15. DO PAGAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado pela Administração após o cumprimento do previsto no Termo de Contrato (Minuta de Contrato - Anexo IV), até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à entrega/aceite do objeto, desde que o prazo não seja superior à 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento da entrega/execução do objeto.

15.1.1 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

15.1.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.1.3 Constatando-se a situação de irregularidade fiscal do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 78 Lei nº 8.666, de 1993;

15.1.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração;

15.1.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS



15.1.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital e anexos, conforme Inciso XIII, art. 55, da Lei nº 8.666, de 1993;

15.1.7 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

15.1.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

15.1.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

15.1.10 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF/CERCA, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

15.1.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

15.1.12 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida lei complementar;

15.1.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

15.14 A licitante ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos ou supressões definidas no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO REAJUSTE



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS



16.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contado da data limite para a apresentação das propostas, após o que poderão sofrer reajuste aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.1.1. O valor constante da nota fiscal/fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

16.2. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a contratada que:

17.1.1 Inadimplência total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3 Fraudar na execução do contrato;

17.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5 Cometer fraude fiscal;

17.1.6 Não mantiver a proposta.

17.2 A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante;

17.2.2 Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 1º (primeiro) dia útil da data fixada para sua efetivação, ou seja, do 31º (trigésimo primeiro) dia, contados do recebimento da ordem de fornecimento ou documento equivalente.

17.2.3 Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

17.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS



17.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade contratante, pelo prazo de até 5(cinco) anos;

17.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados;

17.3 Também ficam sujeitas às penalidades dos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666, de 1993, a contratada que:

17.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18. ESTIMATIVA DE PREÇO E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O procedimento para a pesquisa de preços observará o disposto no Decreto Estadual nº 15.617, de 2021, ou o regulamento estadual correspondente que lhe venha substituir (caso a contratação utilize exclusivamente recursos estaduais) e, obedecer ao disposto na IN/MPOG nº 73, de 5 de agosto de 2020, na hipótese de utilização de recurso oriundo de transferência voluntária efetivada pela União (convênio).

18.2. Depois de realizada a pesquisa de preços, fica a unidade administrativa competente AUTORIZADA a constar, como anexo do Edital, o preço de referência (Estimativa de Preço - Anexo II), a planilha com informações pertinentes ao item a ser licitado, a unidade de medida, o quantitativo e o preço máximo aceitável para a contratação, se for o caso.

19. FRAUDE E CORRUPÇÃO

19.1 As licitantes e a contratada devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

19.1.1 Para os propósitos do subitem 19.1, definem-se as seguintes práticas:



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS**



- a) “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “Prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “Prática obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; e (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

19.1.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

19.1.3 Considerando os propósitos dos subitens acima, a contratada concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Dourados, MS, 24 de novembro de 2021.

Murilo Battistuzzi Martins
Matricula: 479728021

Eduardo Pradi Vendruscolo
Matricula: 480135021

Gustavo Haralampidou da Costa Vieira
Matrícula: 89871021

Flávio Ferreira da Silva Binotti
Matrícula: 257110021

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS



Dourados, MS, 24 de novembro de 2021.

Laércio Alves de Carvalho
Reitor/UEMS